VISÃO DO CORREIO

Lixões ainda predominam no Brasil

A diar decisões e o cumprimento de leis é uma triste rotina no Brasil. Em 2 de agosto de 2024, todos os lixões do país deveriam estar extintos, como determinou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010). Hoje, 15 anos depois, há mais de 3 mil lixões em operação, ou seja mais de 50% dos municípios brasileiros ainda praticam o descarte incorreto de resíduos a céu aberto.

O impacto dos lixões não se restringe ao meio ambiente — solo e corpos hídricos. Os lixões são nocivos aos humanos, tanto por afetar os ecossistemas, quanto pela proliferação de doenças, como leptospirose, dengue, febre tifoide, cólera, disenteria entre outras, que proliferam na água e por aninharem vetores de outras moléstias. Para o biólogo Antonio Aguiar, professor da Universidade de Brasília, quem paga pelo descumprimento das leis, no fim, são as comunidades próximas aos depósitos inadequados de resíduos ou atingidas por algum desastre que comprometa o ambiente onde residem.

Geralmente são comunidades de baixíssima renda, desprovidas de serviços públicos adequados, como rede de saúde, entre outros equipamentos necessários ao seu bem-estar. Foi assim, com a tragédia de Brumadinho, com o rompimento da barragem de uma mineradora e, mais recente, com o Rio Descoberto, afetado pelo colapso do Aterro Sanitário Ouro Verde, no município goiano de Padre Bernardo, vizinho do Distrito Federal.

Entre as cidades que não dispõem de aterro sanitário, como estabelecido em lei, está Belém do Pará, que, em novembro próximo, sediará a Conferência do Clima da Organização das

Nações Unidas, a COP30. No início desta semana, a Câmara Municipal da capital paraense instalou uma CPI para apurar um possível superfaturamento no contrato da prefeitura e do consórcio Ciclus Amazônia. A prefeitura alega dificuldades para encontrar um local adequado à destinação do lixo, uma vez que a coleta seletiva é baixa na cidade — só 2% dos resíduos recicláveis chegam às cooperativas.

Por sua vez, o Congresso Nacional tende a flexibilizar as regras do licenciamento ambiental, a fim de unificar e facilitar as intervenções no meio ambiente. Não mantém nenhuma barreira de proteção às áreas ocupadas pelos povos originários, tradicionais, de preservação ambiental, o que facilita invasões de territórios e desmatamentos. Para o Ministério do Meio Ambiente, a proposta representa “destruturação significativa” da atual legislação e confronta o artigo 225 da Constituição Federal, que garante aos cidadãos brasileiros o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de qualquer obra ou atividade que possa causar prejuízos ambientais.

A mudança na legislação até agora vigente não impedirá, portanto, a instalação de lixões em quaisquer locais, comprometendo seriamente a qualidade de vida dos cidadãos. Essa possibilidade, ainda que não esteja explícita, pode prevalecer, uma vez que não haverá necessidade de estudo prévio nem restrições à instalação de lixões ou aterros sanitários. Trata-se de ações conflitantes com qualidade de vida da população, quando o poder público tem como missão precípua garantir o bem-estar da sociedade em todos os sentidos.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Congresso 1

Ao vermos na mídia nossos parlamentares só olharem para o próprio umbigo, preocupados somente em suas emendas parlamentares, aumento do número de deputados e do fundo partidário, e se lixando para projetos de interesse da população em geral; e ao vermos também chefes de Estado envolvidos em guerras fratricidas que põem em risco toda população de nosso planeta, me vem à mente um conceito elaborado pelo eminente político inglês Winston Churchill: “A diferença entre os humanos e os animais é que os animais não escolhem insanos para liderar a manada”. Uma verdadeira cristalina que deixa triste e envergonha toda humanidade!

» **Paulo Molina Prates**
Brasília

Congresso 2

Esse aumento de parlamentares foi proposto pela bancada bolsonarista na Câmara dos Deputados. O Brasil já possui mais deputados do que a Europa toda. Os bolsonaristas cobram o corte de gastos do governo e propõem um aumento do número de deputados? Isso é incongruente!

» **Eduardo Rodrigues**
Brasília

Congresso 3

Mais uma vez, o Brasil está na contramão do mundo. Enquanto os países buscam formas de racionalizar os gastos públicos, por aqui aumentamos o número de parlamentares. Não é problema ou falta de compromisso com a causa pública do partido X ou do partido Y. Eles se juntam e desmerecem a vontade de milhões de pessoas que os elegeram e pagam seus salários. É clara a desaprovação do povo com o aumento do número de deputados e com todas as regalias a que eles têm direito. Mesmo assim, o projeto de lei foi aprovado. Nossa política é de quinta categoria. É por isso que seguimos tão atrasados em tantas frentes!

» **Fabício Borges**
Asa Norte

Demagogia

A demagogia é uma postura da velha política que geralmente é colocada em segundo plano, abaixo da corrupção, da troca de favores ilegais e do loteamento do Estado. Aparentemente inofensiva, a demagogia é um dos fatores

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Caso Juliana: Foi mais fácil resgatar um corpo sem vida? O que a família esperava era o resgate de uma vida!

Silvana Mesquita — Brasília

Tanta coisa para se preocupar no país e tem gente ainda gastando energia pensando em como aumentar o número de deputados. Que lástima!

Jacqueline Braga — Brasília

Não existe equilíbrio fiscal com um Congresso comendo orçamento secreto e aprovando projetos de gastos sem sentido

Leandro Bertrand — Brasília

Aprovado aumento da mistura obrigatória do biodiesel para 15%. No Brasil, gasolina batizada e com muitos impostos!

João Silva — Brasília

Alô, GDF! Motoristas que trafegam no sentido Taguatinga-Plano Piloto reclamam das obras sem fim na EPTG e da péssima sinalização, que leva a erros de percurso. E não adianta usar aplicativos de mapa!

Marcos Paulino — Vicente Pires

do atraso em que vive o Brasil, pois simplifica questões importantes e impede que assuntos sérios e relevantes sejam debatidos com profundidade e seriedade, além de despolitizar a solução dos problemas. A demagogia manifesta-se de diversas maneiras, todas nocivas. Assim como a corrupção e o toma lá dá cá, quem perde com a demagogia dos políticos é a sociedade. É demagogia, por exemplo, cobrar gastos do governo com obras, com contratações, prometer sem mostrar como será cumprida a promessa ou, depois, deixar de cumprila. É demagogia anunciar ou exigir ações e medidas que se sabe serem irrealizáveis para fazer média com grupos de pessoas ou entidades. É demagogia proferir discursos ruidosos com palavras vazias e frases de efeito, sem qualquer conteúdo. Embora sejam mais características de políticos de oposição por oposição, sem linha definida e sem nenhuma coerência, pois não carregam a responsabilidade de governar e prestar contas da gestão. Estamos nos deparando com uma guerra cultural nas redes sociais com postagens ufanistas e prolixas. Dizem que a demagogia caminha ao lado da simulação de produtividade. Será que não é isso o que está ocorrendo no governo federal?

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Educação

Não entendo o porquê dessa resistência do Governo do Distrito Federal (GDF) em dar aumento salarial e melhores condições de trabalho para os professores. Os salários são baixíssimos e eles trabalham, muitas vezes, em escolas sem estrutura, com alunos problemáticos... A educação deveria ser muito respeitada!

» **Patrícia Baraúna**
Brasília

Igrejinha

A Igreja Nossa Senhora de Fátima, também conhecida como Igrejinha da 307/308 Sul, foi o primeiro templo católico em alvenaria a ser erguido em Brasília, inaugurado em 28 de junho de 1958. Neste sábado, a Igrejinha Nossa Senhora de Fátima celebra 67 anos. Obra de Oscar Niemeyer, tombada pela Unesco, é um dos mais importantes cartões postais de Brasília.

» **José Ribamar Pinheiro Filho**
Asa Norte

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Educação com respeito

Meninas e meninos têm o direito de brincar e de desenvolver plenamente suas capacidades, com orientação e afeto de pais ou responsáveis. Têm de ser respeitados, especialmente no processo de educação. Não é uma concessão para com eles. É direito, inclusive previsto em lei.

Isso tem de ser reiterado constantemente, porque no Brasil persiste a hedionda cultura de espancar crianças e adolescentes para “educá-los”. Este é um país que normaliza a crueldade, que vê como prerrogativa de pais ou responsáveis impor castigos físicos e humilhantes para “disciplinar” meninos e meninas.

Hoje, 26 de junho, marca o Dia Nacional da Educação sem Violência. A data se refere à sanção da Lei Menino Bernardo, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e estabelece: “A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de

medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”.

A lei ganhou esse nome em alusão a Bernardo Boldrini. O garoto, de 11 anos, foi morto em abril de 2014, em Três Passos (RS), com uma superdosagem de medicamento. Meses antes, ele tinha ido sozinho ao fórum da cidade pedir socorro, dizendo que sofria maus-tratos em casa.

Machucar crianças e adolescentes é uma covardia. A perversidade torna-se maior ainda quando praticada por quem deveria protegê-los. Meninos e meninas não são propriedades das famílias, não são inferiores aos adultos, são sujeitos de direitos.

É urgente implementar políticas públicas efetivas para combater a “educação” violenta. Temos de varrer do país essa prática abominável, conscientizar e engajar a população nesse enfrentamento. Infelizmente, até hoje, pouco ou nada foi feito nesse sentido. Cito aqui o que enfatiza o artigo 18 do ECA: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Dever de todos.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreito terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br